

A MODERNIDADE E A FILOSOFIA DA HISTÓRIA EM KANT

CARLOS HENRIQUE ARMANI*

RESUMO

Investigamos, neste artigo, a construção da filosofia da história kantiana e como ela se relaciona com a modernidade enquanto perspectiva de tempo futuro. Nossa intenção é pensar o tempo histórico em suas dimensões passadas do passado e do futuro, evocadas por Kant.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da história, modernidade, Immanuel Kant.

ABSTRACT

We investigate in this paper the Kantian construction of philosophy of history and its relation to modernity as future perspective of time. Our intention is to think historical time in its past and future dimensions, evoked by Kant.

KEYWORDS: Philosophy of history, modernity, Immanuel Kant.

Pretendemos, neste artigo, apresentar, de modo introdutório, a idéia de filosofia da história no pensamento de Kant, em especial, a elaboração de uma filosofia da história *a priori*, diferente daquela que a maior parte de seus contemporâneos preconizava. Como questão norteadora do trabalho, perguntamos se seria possível afirmar que a filosofia *a priori* da história de Kant era um convite ao pensamento moderno mais radical, que pretendia romper sua unidade com o passado enquanto campo de experiências da história.

O século XVIII viu nascer as filosofias da história. Se elas já existiam no pensamento ocidental desde os tempos de Santo Agostinho, não se pode dizer o mesmo da expressão *filosofia da história*, que surgiu no século XVIII, em especial em uma obra de Voltaire com o mesmo título. Voltaire não pretendia fazer uma história da nação que se enquadrasse no movimento geral da história, mas sim uma obra em que a análise das civilizações, como tal, preponderasse. Nesse sentido, o autor escreveu sobre uma série de diferentes civilizações ao longo da história, passando pela Antigüidade no Oriente e no Ocidente, bem

* Professor do Núcleo de Humanidades da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); doutor em História – PUCRS. E-mail: chapoa@brturbo.com.br.

como nas Américas e mesmo pelas civilizações do Extremo Oriente, como a Índia e a China¹.

Como sabemos, Immanuel Kant (1724-1804) pretendeu criar uma nova metafísica cujos fundamentos fossem tão seguros quanto os da matemática. Para tanto, o filósofo de Königsberg postulou um sistema denominado “filosofia transcendental”, com o objetivo de conhecer o conhecimento de objetos, através da crítica da razão, a qual colocava a subjetividade (o sujeito) como fornecedora de estruturas transcendentais, permitindo à razão criar juízos sintéticos *a priori*, ou seja, juízos universais e necessariamente válidos, posto que nem através de leis lógicas (juízos analíticos *a priori*, nos quais haveria somente tautologias), nem através de juízos sintéticos *a posteriori*, os quais eram meramente contingentes e não-universais, seria possível chegar a um conhecimento rigoroso tal como aquele das ciências matemáticas. O autor pretendeu estabelecer uma objetividade na subjetividade, na medida em que a objetividade não poderia transcender a esfera dos fenômenos, ou seja, o próprio conhecimento que o sujeito produzia – não poderia haver uma objetividade das coisas em si mesma. Há na *Lógica transcendental*, da *Crítica da razão pura*, uma passagem que demarca esse espírito de síntese de sua filosofia:

O entendimento é a faculdade de pensar o objeto da intuição sensível. Nenhuma dessas propriedades deve ser preferida à outra. Sem sensibilidade nenhum objeto nos seria dado, e sem entendimento nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdos são vazios, intuições sem conceitos são cegas².

Kant parecia estar consciente de que os caminhos do empirismo e do racionalismo eram, ambos, insuficientes. Não obstante o ceticismo kantiano, que deixou de lado o conhecimento da “coisa em si”, havia em seu pensamento uma unidade fornecida pela razão, através das estruturas transcendentais portadas pelo sujeito³.

Em relação à filosofia da história, Kant entendia que a história era um processo racional que se desenrolava num plano inteligível e que

¹ VOLTAIRE. *Filosofia de la historia*. Madrid: Tecnos, 1990.

² KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 57.

³ A título de curiosidade, é possível perceber esse mesmo tipo de estrutura transcendental na obra *Tempo e narrativa*, de Paul Ricoeur, que tem sido muito importante para os historiadores pensarem a relação da narrativa com o tempo histórico e sua especificidade. Os conectores do pensamento que Ricoeur propõe para delimitar o tempo histórico como síntese entre o tempo cosmológico e o tempo fenomenológico são profundamente ancorados, em termos epistemológicos, nessa matriz kantiana. Ver: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1991, t. 3.

tendia para uma meta que a razão moral poderia aprovar⁴. A história da espécie humana em seu conjunto poderia ser considerada como a realização de um plano secreto da Natureza para criar uma constituição política perfeita⁵. Essas leis gerais da Natureza determinavam, para o autor, as ações humanas, manifestações fenomênicas da liberdade da vontade. Tal intenção da Natureza deveria fazer parte do esforço de reflexão do filósofo em relação ao “curso contraditório das coisas humanas”, uma maneira de descobrir *a priori* na história universal um “fio condutor”⁶. Kant entendia que a Natureza nada fazia gratuitamente e “nem era pródiga no emprego dos meios para seus fins”⁷. O fato de haver “dotado o homem de razão e, assim, da liberdade da vontade que nela se funda”, era um sinal inequívoco de que havia essa intenção da Natureza na história⁸. De acordo com Baumer, a filosofia da história kantiana pressupunha que o homem era capaz de determinar um fim moral para si próprio na história e depois realizá-lo através de suas ações⁹.

Em Kant havia uma filosofia da história, uma racionalização do devir humano como uma razão moral a partir da qual o homem poderia fixar um fim e realizá-lo na história, um princípio que envolvia a autonomia como fundamento. Walsh entende que a proposta kantiana era o estabelecimento, via realização da Natureza, de uma confederação de nações com autoridade sobre todos os seus membros¹⁰.

Cumpramos notar que, em Voltaire, havia uma generalização da história, por meio de uma investigação que abrangia todo o mundo habitado, o que pressupunha sua condição tradicional de receptáculo de múltiplas experiências para a aprendizagem das lições que a história oferecia para a civilização¹¹. Em Kant, a proposta de uma filosofia da história destoava daquela preconizada por seu contemporâneo Voltaire. Kant, ao contrário do filósofo francês, perguntou se poderia haver uma história *a priori*, e quais seriam as suas qualidades. Questionamento um tanto estranho, se levarmos em consideração que as filosofias da história, muito distante de serem apriorísticas, tinham no longo passado da humanidade o vasto espaço das experiências que poderiam projetar

⁴ WALSH, W. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.120.

⁵ KANT, Immanuel. *Filosofía de la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, [1941], p. 57.

⁶ KANT, op. cit., p. 41.

⁷ *Ibid.*, p. 44.

⁸ *Ibid.*, p. 44.

⁹ BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 269.

¹⁰ WALSH, op. cit., p. 120.

¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993, p. 43.

o futuro, o que implicava, evidentemente, toda a condição *a posteriori* e sintética da história.

Foi no *Conflito das faculdades* que Kant desenvolveu de maneira mais sistemática a idéia de uma filosofia *a priori* da história, no excerto intitulado *Questão renovada: estará o gênero humano em constante progresso para o melhor?*¹². Uma das principais utopias de Kant era emancipar a humanidade do jugo da violência por meio da realização universal da paz perpétua entre os homens. A *questão renovada*, proposta pelo filósofo, encontrava-se nessa direção.

O que Kant queria saber? Essa foi a primeira pergunta que ele apresentou em seu texto. Sua pretensão era saber se um fragmento da história pré-anunciadora, do futuro, que fosse relativa aos fins morais do *todo* do homem, poderia pré-anunciar que o gênero humano progrediria constantemente para o melhor. Seu método para chegar a tal conhecimento se daria pela narrativa histórica daquilo que estaria iminente, mas não necessário, no futuro¹³. Tal descrição *a priori* seria possível se o próprio narrador como adivinho fizesse e organizasse os eventos que ele previamente anunciara¹⁴.

Kant reconhecia pelo menos três gêneros do conceito de predição: o primeiro deles era a predição regressiva, de que a humanidade estaria sempre regredindo para o pior; o segundo implicava a idéia da progressão, cuja projeção consistia em uma vasta perspectiva futura, e por fim, a predição abderitista, eterna oscilação entre o cair e o ascender¹⁵.

O desmoronamento para pior não poderia durar constantemente, o que levaria a humanidade à sua auto-aniquilação; o eudemonismo, como Kant chamava a concepção progressista da história, parecia ser insustentável, se considerado em seu aspecto de “constante progressão na senda do bem”¹⁶, o que o levava a questionar se o mais sensato não seria pensar em um entre-lugar entre as duas predições, por meio do abderitismo¹⁷.

A questão é que Kant via uma urgência em predizer a história, de modo que a guerra se tornasse cada vez menos freqüente na civilização, até desaparecer completamente. O estabelecimento do fim moral do homem em direção à paz perpétua foi o seu principal objetivo em *Questão renovada*. O curso da história poderia ser insensato

¹² KANT, Immanuel. *O conflito das faculdades*. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 95-112. Doravante, esse título será citado apenas com as suas iniciais: CF.

¹³ CF, p. 95.

¹⁴ CF, p. 96.

¹⁵ CF, p.97.

¹⁶ CF, p. 98.

¹⁷ CF, p. 98.

dependendo da maneira como o observador o percebesse. Se ele fizesse uso da razão, do mesmo modo que Copérnico e os cientistas da natureza o faziam, a predição se tornaria, outrossim, possível de ser sustentada. Dizia Kant: “Se ao homem se pudesse atribuir uma vontade inata e invariavelmente boa, embora limitada, ele poderia vaticinar com certeza a progressão da sua espécie para o melhor, porque ela diria respeito a um evento que ele próprio pode produzir”¹⁸.

A história profética da humanidade, ou a filosofia progressista da História, em Kant, tinha na qualidade pura da moral fixada pela razão seu principal desiderato em termos de fixação de metas futuras para a humanidade. Primeiramente, a constituição criada pela sociedade política – maior responsável pelo estabelecimento dessa constituição – não poderia ser belicosa, o que o Estado administraria na unidade do soberano “em analogia com as leis que um povo a si mesmo daria de acordo com os universais princípios do direito”¹⁹. A idéia dessa constituição em consonância com o direito natural dos homens estava subjacente a todas as formas políticas, dizia Kant, e o Estado que, “concebido em conformidade com ele, graças a puros conceitos racionais... não é uma quimera vazia, mas a norma eterna para toda a constituição civil em geral, e afasta toda a guerra”²⁰.

Os lucros, para a humanidade, do progresso para melhor, seriam notáveis. Entre eles, Kant falava de um aumento dos “produtos da sua *legalidade* em ações conformes ao dever” (grifos do autor), que levaria, pouco a pouco, “a diminuir a violência por parte dos poderosos e [a aumentar] a docilidade quanto às leis”²¹. Tal predição implicaria a existência de uma sociedade com menos rixas nos processos e com maior confiança na palavra dada, o que se estenderia nas relações externas entre os povos, até se chegar na sociedade cosmopolita²². Suas esperanças se orientavam, portanto, em um Estado que pudesse, face à “fragilidade da natureza humana e sob a contingência das circunstâncias que favorecem semelhante efeito”²³, enveredar pelas trilhas “da evolução em vez da revolução”²⁴, tendo como lastro histórico futuro a constituição fundada nos verdadeiros princípios do direito e que avançasse com consistência, para o melhor²⁵.

¹⁸ CF, p. 100.

¹⁹ CF, p. 105.

²⁰ CF, p. 108.

²¹ CF, p. 109.

²² CF, p. 109.

²³ CF, p. 111.

²⁴ CF, p. 111.

²⁵ CF, p.111.

Possivelmente, a sombra das revoluções estendia-se até o pensamento pacifista de Kant, que temia, como muitos dos seus contemporâneos, a anarquia de uma sociedade cuja constituição fosse marcada pela insegurança e instabilidade decorrentes da guerra. Basta lembrarmos, para tanto, da Revolução Francesa e dos seus desdobramentos na sociedade européia de Kant para nos certificarmos do quanto o filósofo pretendia romper com “as conseqüências dolorosas da guerra atual”²⁶.

Nesse sentido, voltamos à pergunta colocada inicialmente: em termos de relação entre o passado e o futuro, ou, para usarmos a linguagem koselleckiana, entre campo de experiências e horizonte de expectativas²⁷, as predições em torno do progresso da humanidade para a paz perpétua seriam a hipertrofia da modernidade ilustrada no pensamento de Kant, na medida em que ele implicava uma das qualidades precípuas da modernidade – o seu controle do futuro e a liberação do passado?

Entendemos que Kant cumpriu a tarefa da modernidade ilustrada de modo parcial. Por um lado, sua *Questão renovada* era efetivamente a liberação da modernidade de seu próprio passado, o que alargava o tempo futuro em direção às projeções e predições como prognósticos otimistas de perpetuidade da paz universal em um futuro contingente. Diríamos, por outro lado, que Kant, como sujeito emancipado das garras do absolutismo monárquico de outrora, esteve longe de ser um determinista e que a contingência, a possibilidade de ser, em vez do dever ser, a frágil natureza humana, entre outras qualidades, deixavam em aberto as diversas aporias que constituíam a subjetividade universal por meio dos Estados e dos povos. A dilatação do horizonte de expectativas de Kant em direção ao progresso para melhor era uma realidade em seu pensamento, mas não significava seu encastelamento em um dever estabelecido meta-historicamente. Talvez Kant tenha sido, aqui, um filósofo cujo pensamento teria antecipado as aporias da filosofia da história com as quais Hegel se depararia posteriormente. Mas esse seria assunto para uma outra escala de interpretação e para um outro horizonte de expectativas.

²⁶ CF, p. 112.

²⁷ KOSELLECK, op.cit., p. 15.